

127ª ATA ORDINÁRIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO CARAGUAPREV

Aos vinte e um dias do mês de setembro de dois mil e vinte e um, às 09h, o Comitê de Investimentos do Instituto de Previdência do Município de Caraguatatuba – CaraguaPrev realizou reunião ordinária online por meio da plataforma digital Google Meet, devido ao contexto da pandemia do COVID-19 (Novo Coronavírus). Presentes à reunião a Presidente Luana Moussalli Forcioni Guedes e os membros Pedro Ivo de Sousa Tau, Ivone Cardoso Vicente Alfredo, Adriana Zambotto e Rosemeire Maria de Jesus. Declarada aberta a reunião, a Presidente do Comitê agradeceu a presença de todos principalmente nesse momento de crise sanitária e elencou os itens da pauta sendo: 1) Prestação de contas agosto/2021; 2) Investimentos fundos e títulos públicos federais; 3) contratação consultoria financeira e consultoria atuarial; 4) contratação estudo ALM, e; 5) renovação e credenciamento instituições financeiras. Dando início à reunião a Presidente do Comitê agradeceu a presença de todos e passou para os comunicados iniciais, informou que na próxima reunião ordinária Conselho Deliberativo o consultor financeiro da empresa LDB Consultoria Financeira LTDA, Sr. Ronaldo de Oliveira, irá fazer uma apresentação do cenário macroeconômico atual e solicitou a participação de todos os membros do Comitê na apresentação. O Consultor irá apresentar o cenário macroeconômico, principalmente sobre as expectativas da taxa Selic que continuará avançando nos próximos meses, e atinja 8,25% ao ano no fechamento de 2021, em meio às preocupações com uma inflação que tem ficado cada vez mais acima do teto da meta do governo para o ano, que é de 5,25%. Com isso, os juros da parte curta da curva subiram enquanto os da parte longa recuaram. A inflação implícita nas NTN-B também recuou. Analisando a carteira do CaraguaPrev nota-se que os fundos de investimento com maior rentabilidade negativa e com maior volume de recursos são os de renda fixa, atrelados a fundos atrelados ao artigo 7º, I, alínea b (fundos compostos 100% títulos públicos), conforme a Resolução do Conselho Monetário nacional n.º 3.922/2010. Para os investimentos dos Regimes Próprios de Previdência Social, essa mesma Resolução limita o mínimo de aplicação do patrimônio em 60% (sessenta por cento), no caso do CaraguaPrev em 55% (cinquenta em cinco por cento), pois somos investidores qualificados, Pró-Gestão nível 1, ou seja, precisamos ficar com a maioria dos investimentos nesse tipo de ativo. Em agosto o Investidor brasileiro, mais uma vez, em meio ao estresse vinculado a questões políticas e fiscais brasileiras, viram os prêmios de papéis negociados no Tesouro Direto aumentarem, como reflexo de uma exigência de retornos mais gordos para emprestar recursos para um governo sob pressão. De toda forma, todos os títulos atualmente disponíveis para compra no Tesouro Direto tiveram

queda dos preços (e conseqüente alta das taxas) em agosto, assim como registram baixa em 2021. Vale lembrar, contudo, que as perdas apontadas só serão efetivas se o investidor decidir vender os papéis antecipadamente. Se carregá-los até o vencimento, o retorno vai respeitar as taxas e as condições contratadas no momento de aquisição dos títulos. Informou ainda que a Portaria MPS nº 402/2008, alterada Pela Portaria 577 de 27 de dezembro de 2017, passa a permitir que os títulos comprados diretamente pelos RPPS e mantidos até o seu vencimento possam ser contabilizados pelo valor na curva e não pelo valor de mercado. A norma traz vários requisitos como compatibilidade com os prazos e taxas das obrigações presentes e futuras do RPPS; sejam classificados separadamente dos ativos para negociação; seja comprovada a intenção e capacidade financeira do RPPS de mantê-los em carteira até o vencimento; sejam atendidas as normas de atuária e de contabilidade aplicáveis aos RPPS. Diante do cenário descrito acima os fundos de investimentos compostos por títulos públicos pré-fixados (IRFM, IRFM-1 e IRFM-1+), e os fundos de investimentos compostos por títulos públicos pós-fixados mais longos (IMA B 5+ e IMA B) terão maior volatilidade ao longo de 2021, assim a orientação do consultor financeiro é de reduzir a exposição em fundos atrelados a IRFM, IRFM-1 e IRFM-1+ e de diminuir a carteira de fundos de investimento em títulos públicos pós-fixados mais longos (IMA B 5+ e IMA B), passando para fundos compostos por títulos públicos pós-fixados mais curtos, como o IMA B 5 (títulos públicos com até 5 anos de vencimento) e principalmente passando a porcentagem máxima da atual Política de Investimentos do Instituto, que é de 10% (dez por cento) para aplicação em Títulos do Tesouro Direto, de forma gradual, para que seja feita uma média ponderada desse investimento, que deverão ser contabilizados pelo valor da curva, saindo assim de um investimento com alta volatilidade para um com rentabilidade positiva fixa. A Diretora passou ao primeiro item da pauta que trata da prestação da Prestação de Contas do mês de AGOSTO de dois mil e vinte e um, que está disponibilizada no site do Instituto, sendo enviado o link para os membros do Comitê no ato da convocação da reunião, assim como o relatório mensal dos investimentos, que foi analisado e aprovado, como também as demonstrações financeiras, os relatórios e balanços contábeis das receitas e despesas, as conciliações bancárias, apresentada a evolução da execução do orçamento do RPPS e as contribuições previdenciárias, a rentabilidade, o enquadramento dos investimentos com a Política de Investimentos do CaraguaPrev e atendimento a Resolução número três mil novecentos e vinte e dois do Conselho Monetário Nacional. Após apresentou o Gráfico da evolução patrimonial e rentabilidade mensal do ano de 2021 e os dados atualizados dos fluxos de caixa e dos investimentos, com visão de curto e longo prazo, conforme relatório da análise dos

investimentos e balanços contábeis disponibilizado a todos os conselheiros e segurados do CaraguaPrev no site do Instituto. Explicou ainda que o mês de agosto de 2021, pelo mundo afora, ainda que o nível de atenção com o aumento do número de novos casos diários de infecção por Covid-19 continue elevado, aumenta o destaque sobre o “timing” da retirada de estímulos monetários pelos principais bancos centrais do mundo, em especial pelos bancos centrais americano e europeu, com a possível redução de compra dos respectivos títulos públicos federais, o que tenderia a diminuir de alguma forma o volume de liquidez nos mercados, com reações específicas em diversos mercados de juros pelo globo. No Brasil o avanço inflacionário, dúvidas fiscais e acirramento de tensões políticas foram determinantes para mais um mês de má performance nos mercados locais. Sobre dúvidas fiscais e acirramento de tensões políticas, até o momento não há sinais claros de que possa haver melhora no curto prazo, em especial em ano pré-eleitoral. Ao longo do mês tivemos diversos assuntos que seguem indefinidos no mês de setembro, entre eles temos a reforma tributária com a questão da taxa dos dividendos; inflação elevada, sendo impulsionada principalmente pelo setor elétrico, crise hídrica: a Aneel instituiu em agosto uma nova bandeira tarifária, chamada de bandeira de escassez hídrica; Orçamento de 2022, que embora o Projeto de Lei Orçamentária Anual já tenha sido enviada, há diversas questões que podem vir a ser alteradas, como os precatórios, bolsa família e o fundo eleitoral. Outro ponto de destaque é a tensão entre os poderes causada pelo presidente Bolsonaro, que levanta ponto de atenção para as manifestações de 7 de setembro de 2021. No dia após o feriado, o Ibovespa registrou uma queda de -3,8%, perdas que foram parcialmente recuperadas depois da nota do presidente em um tom mais conciliador levando o índice brasileiro a fechar a semana com uma queda de 2,3% aos 114.286 pontos. COPOM: SELIC em 5,25 % a.a. Próximo COPOM: 21 e 22/Setembro, que elevou a Taxa a 6,25 % a.a. GLOBAL: O principal destaque internacional ficou por conta do Fed ter tornado mais clara a sua intenção de reduzir estímulos monetários, provavelmente até o final de 2021, através da redução gradativa de compra de títulos públicos americanos, o chamado “tapering”. Assim, após apresentação, a Diretora perguntou se algum membro do Comitê tem alguma dúvida ou consideração e com a negativa a Prestação de Contas foi aprovada por todos os presentes. O segundo item da pauta trata dos Investimentos em fundos e Títulos Públicos Federais. Diante do cenário os fundos de investimentos compostos por títulos públicos pré-fixados (IRFM, IRFM-1 e IRFM-1+), e os fundos de investimentos compostos por títulos públicos pós-fixados mais longos (IMA B 5+ e IMA B) terão maior volatilidade ao longo de 2021, assim após a orientação do consultor financeiro, o Comitê aprova aplicação em Títulos do Tesouro Direto, de forma gradual até a porcentagem máxima da atual

Política de Investimentos do Instituto, que é de 10% (dez por cento), que deverão ser contabilizados pelo valor da curva, saindo assim de um investimento com alta volatilidade para um com rentabilidade positiva fixa, após estudo de Asset Liability Management (ALM) Determinístico para a determinação dos vértices de títulos públicos federais para serem adquiridos e proteger o Passivo do RPPS, em consonância com a Resolução CMN nº 3.922/10 e alterações posteriores, as normas da Secretaria de Previdência do Ministério da Economia, principalmente o estabelecido no Manual do Pró Gestão. Conforme aprovação do Comitê de Investimentos na Ata n.º 125, em 27 de julho de 2021, foi deliberado aplicação adicional de R\$ 17.000.000,00 (dezesete milhões de reais), no fundo de investimento da Caixa econômica Federal FIA CAIXA INSTITUCIONAL BDR NÍVEL I retirando do fundo FIC DE FI CAIXA BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA RF, que não pode ser realizado, pois esse fundo está com rentabilidade negativa no ano de 2021 e também no acumulado dos anos. Então após estudo do acumulado dos fundos com vértices longos, que estão sofrendo mais com o cenário macroeconômico, devemos resgatar desses fundos, desde que no acumulado esteja positivo, sendo aprovado pelo Comitê o resgate do fundo da Caixa Econômica Federal FI Caixa Brasil IMA B 5+, que está com rentabilidade positiva acumulada, para aplicação no fundo de investimento da Caixa econômica Federal FIA CAIXA INSTITUCIONAL BDR NÍVEL I, as BDRs, Brazilian Depositary Receipts são ativos pelos quais os investidores podem investir em recibos que replicam as ações de mercados estrangeiros diretamente no mercado nacional. O fundo aplica seus recursos primordialmente no mercado acionário norte-americano, fazendo uso da aquisição de BDRs - Certificados de Depósito de Valores Mobiliários de emissão de companhia aberta, ou assemelhada, com sede no exterior e emitidos por instituição depositária no Brasil e obteve uma rentabilidade positiva de 17,01% no ano de 2021. Conforme aprovação do Comitê de Investimentos na Ata n.º 125, em 27 de julho de 2021, foi deliberado aplicação no fundo de investimento ITAÚ PRIVATE MULTIMERCADO S&P500 BRL FIC FI, retirando do fundo ITAÚ SOBERANO RENDA FIXA IRFM 1 FI, apesar de já ter sido feita a aplicação parcial no mês de agosto de 2021 ainda falta o valor de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) para atingir o percentual já aprovado para aplicação, entretanto o fundo onde foi resgatado não possui mais patrimônio, assim, ficou aprovado o resgate do fundo Itaú Institucional RF Inflação FICFI, que está com rentabilidade positiva acumulada, pois após estudo do acumulado dos fundos com vértices longos, que estão sofrendo mais com o cenário macroeconômico, devemos resgatar desses fundos, desde que no acumulado esteja positivo. O fundo de investimento ITAÚ PRIVATE MULTIMERCADO S&P500 BRL FIC FI, CNPJ: 26.269.692/0001-61, o Standard &

Poor's 500 (S&P 500) é um índice americano composto pelas 500 maiores empresas dos EUA (companhias norte-americanas ou domiciliada no país), negociadas nas bolsas NYSE e NASDAQ. Tem um importante papel na economia mundial por ser considerado o principal indicador de avaliação das ações do mercado norte-americano, obteve uma rentabilidade positiva de 3,36% no mês de agosto e de 23,12% no ano de 2021. Diante do cenário os fundos de investimentos compostos por títulos públicos pré-fixados (IRFM, IRFM-1 e IRFM-1+), e os fundos de investimentos compostos por títulos públicos pós-fixados mais longos (IMA B 5+ e IMA B) terão maior volatilidade ao longo de 2021, assim é necessário a redução da exposição em fundos atrelados a IRFM e IRFM-1+ e de diminuir a carteira de fundos de investimento em títulos públicos pós-fixados mais longos (IMA B 5+ e IMA B), passando para fundos compostos por títulos públicos pós-fixados mais curtos, como o IMA B 5 (títulos públicos com até 5 anos de vencimento). Assim, o fundo de investimento Santander IMA-B Premium FIC longo prazo com rentabilidade negativa no ano, mas no acumulado positivo, a orientação da Gerente de Investimentos do Santander, Sra. Anete Chaves, é migrar o valor integral desse fundo para o fundo de investimento Santander IMA-B 5 Premium FIC Renda Fixa, que dentro dos vértices de inflação, o B5 é o mais conservador, além de capturar parte da pressão inflacionária que vivemos atualmente, indicou essa estratégia como ideal durante o período atual da economia, o fundo apresenta melhor rentabilidade em todas as janelas, ficando aprovado pelos membros do Comitê de Investimentos. A fim de diversificação da Carteira de Investimento em fundo no exterior, temos abertura na Política de Investimentos para aplicação em fundos no exterior, Art. 9º A, II da Resolução do CMN 3.922/10, a orientação da Gerente de Investimentos do Santander, Sra. Anete Chaves, que o Banco mantém visão moderadamente positiva para as alocações em Bolsa. Por um lado, o cenário global permanece bastante positivo e a correção recente dos preços da Bolsa local torna os múltiplos ainda mais atrativos, assim a sugestão em aplicar R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) no fundo de investimento Santander GO Global Equity ESG Multimercado Investimento no Exterior FI e aplicar R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) no fundo de investimento Santander Global Equities Dolar Master Multimercado Investimento no Exterior FI, ambos os fundos já analisados pela Consultoria Financeira LDB, estando aptos a aplicação. Assim, o resgate do valor se dará de fundos de investimentos com vértices longos, que estão sofrendo mais com o cenário macroeconômico, desde que no acumulado esteja positivo, sendo aprovado pelos Comitê de Investimentos o resgate do Banco do Brasil, fundo de investimento BB Previdenciário RF IMA-B5+ Títulos Públicos FI, que está com rentabilidade positiva acumulada, diversificando a carteira, já que o CaraguaPrev tem apenas 4

milhões no Banco Santander e não possui ativos aplicados em fundos no exterior, Art. 9º A, II da Resolução do CMN 3.922/10. Em seguida foi passado ao terceiro item da pauta que trata da Contratação Consultoria Financeira e Consultoria Atuarial, diante da necessidade e da obrigatoriedade fica aprovado pelo Comitê de Investimentos a contratação das consultorias. O quarto item da pauta é a Contratação de Estudo ALM - Asset Liability Management, para a identificação dos vértices de títulos públicos federais para serem adquiridos e proteger o Passivo do RPPS, em consonância com a Resolução CMN nº 3.922/10 e alterações posteriores, as normas da Secretaria de Previdência do Ministério da Economia, principalmente o estabelecido no Manual do Pró Gestão, sendo aprovado pelo Comitê de Investimentos. O quinto item da pauta trata da renovação e credenciamento Instituições Financeiras, sendo aprovado pelo Comitê de Investimentos a renovação dos credenciamentos das Instituições Bram – Bradesco Asset Management S.A. DTVM e Banco Bradesco S.A., instituições que já fazem parte da carteira de investimentos do CaraguaPrev e aprovado o credenciamento da XP Investimentos Corretora de Cambio e Valores Mobiliários. Registre-se que o Certificado de Regularidade Previdenciária está vigente até o dia 25 de novembro de 2021. Nada mais havendo a tratar, encerrada a reunião pela Presidente do Comitê às 09h50min, lavrada a competente Ata, que segue, para aprovação pelos membros do Comitê de Investimentos.

Luana M. Forcioni Guedes
Presidente do Comitê de Investimentos
Certificação: ANBIMA CPA-10

Pedro Ivo de Sousa Tau
Membro do Comitê de Investimentos
Certificação: ANBIMA CPA-10

Adriana Zambotto
Membro do Comitê de Investimentos
Certificação: ANBIMA CPA-10

Ivone Cardoso Vicente Alfredo
Membro do Comitê de Investimento

Rosemeire Maria de Jesus
Membro do Comitê de Investimentos
Certificação: ANBIMA CPA-10